

continua

Icatu SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

o valor do ativo e a sua recuperabilidade (nota 11). **3.7 Provisões Técnicas - Seguros e Previdência Complementar:** São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder. No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro (notas 14 e 15). **3.7.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos:** As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB. As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.7.2 Provisão de Sinistros a Liquidar:** Corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. E efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **3.7.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados:** Constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que: (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão. **3.7.4 Provisão de Prêmios não Ganhos:** Constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. **3.7.5 Provisão de Excedente Financeiro:** Corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros. **3.7.6 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** Corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações. **3.7.7 Provisão de Despesas Relacionadas:** Corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. **3.7.8 Provisão de Excedente Técnico:** Constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos:** A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2015-m e BR-EMSSb-V.2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ). Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB - Fundo Garantidor de Benefício, Dotat Misto e para os benefícios já concedidos, conforme o art. 6 da Circular SUSEP nº 543/16, foi deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento". De acordo com o demonstrativo abaixo, o resultado do TAP para o respectivo grupamento foi nulo.

	R\$ mil
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	629.129
Provisões Técnicas na data base	(547.111)
Resultado do TAP	82.018
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	345.087
Valor de Mercado (ETTJ-SUSEP) dos "títulos mantidos até o vencimento"	(427.768)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(82.681)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	=

Conforme determina o art. 7 da Circular SUSEP nº 543/16, o saldo contábil das provisões técnicas arcadas do efeito monetário da aplicação prevista no art. 6, para efeito de vinculação de ativos em cobertura, é suficiente para cobertura da estimativa corrente dos fluxos de caixa do grupamento em questão, que corresponde a R\$ 629.129. Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. **3.9 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR + 0,5% para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (nota 17). **3.10 Resultado:** Os prêmios de seguros, cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção

do percentual de participação da Companhia. Conforme definido em instrumentos do consórcio, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do exercício e somente repassados à Companhia pelo seu valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício. **3.11 Benefícios a Empregados:** Refere-se a plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.12 Impostos e Contribuições:** **3.12.1 Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. **3.12.2 Impostos Diferidos:** São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos e débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%. **3.13 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - contrato de seguro". **3.14 Normas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente: **3.14.1 IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, ficando sua recepção a cargo do regulador. A SUSEP determinou a adoção da isenção temporária a aplicação do CPC 48 para todo o mercado supervisionado. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações ainda estão em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP, espera-se que não tenha impactos significativos nas Demonstrações da Companhia no período de adoção inicial. **3.14.2 IFRS 16 / CPC 06 - Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é eletiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as Demonstrações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor. **3.14.3 IFRS 17 - Contratos de Seguros:** O pronunciamento IFRS 17 - Contratos de Seguros, a nova Norma de Relato Financeiro Internacional, com data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2021, que substituirá a IFRS 4 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas

regularmente, proporcionando mais informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras. Exigindo que todos os contratos de seguro sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando tanto os investidores como as companhias de seguros. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e não o custo histórico. **3.14.4 Resolução CNSP nº 360/17 - Risco de Crédito:** Essa resolução de 20 de dezembro de 2017 traz mudanças nas exposições em relação às congêneres e investimentos, inclusive, estabelece novos fatores multiplicadores a serem adotados na parcela 2 de Risco de Crédito. As mudanças instituídas serão implementadas gradualmente e consequentemente reduzirão a necessidade de capital. Os novos fatores multiplicadores são: a) 8,625% de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; e b) 8% a partir de 1º de janeiro de 2019. **4. GESTÃO DE RISCO:** Foram desenvolvidas ações para implementar a Política de Gestão de Risco, a formalização do Apetite a Riscos e incrementar a qualidade na Governança relacionada à Gestão e Riscos. Também foi criado o Comitê de Riscos cujo objetivo principal consiste na avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos bem como o assessoramento à Diretoria e ao Conselho de Administração. A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de donos dos riscos – ou risk owners, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e conselho de administração. Por fim, a terceira linha de defesa, executada pela auditoria interna, tem o papel fundamental na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela segunda linha de defesa. A Gestão de Riscos segue as etapas fundamentais de identificação, avaliação e mensuração, e monitoramento, observando cada risco individual e em conjunto, obtendo, assim, o seu perfil de riscos. O processo é contínuo, permanentemente revisado. **4.1 Responsáveis pela Gestão de Riscos:** Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, a Companhia nomeou um de seus funcionários como Gestor de Riscos com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** O principal ponto de alinhamento entre o Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos foi a utilização dos mesmos princípios metodológicos para a avaliação dos riscos, sendo o maior destaque a importância da qualidade dos controles nos modelos de avaliação de riscos. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo "Internal Control - Integrated Framework (2013)", emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO"). **4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos:** **4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros:** **4.3.1.1 Risco de Crédito** - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AA-, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 11.504.609 (R\$ 9.120.400 em 31/12/2016). O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 1.844.638 (R\$ 757.221 em 31/12/2016). O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundos de investimento exclusivos estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

	31/12/2017							
Rating	Debêntures	CDB/CCB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Promissória/LC	Total
AAA	340.489	54.991	41.338	65.336	1.563	43.836	-	547.553
AA+	137.229	-	-	400.674	11.529	76.177	9.428	635.037
AA	266.090	-	-	62.279	-	1.466	-	329.835
AA-	647.304	51.121	-	787.819	-	40.736	104.688	1.631.668
A+	252.278	6.503	-	95.850	7.573	22.568	-	384.772
A	56.744	20.129	-	-	-	6.930	-	83.803
A-	57.886	54.349	-	25.587	3.706	14.702	1.215	157.445
BBB+	2.928	-	-	-	-	-	-	2.928
BBB	-	15.620	-	-	-	1.009	-	16.629
BBB-	7.006	-	-	-	-	-	-	7.006
BB+	5.625	-	-	-	-	42.902	579	49.106
BB	11.320	-	-	-	-	-	-	11.320
BB-	6.037	209	-	-	-	-	-	6.246
B+	13.239	-	-	-	-	-	-	13.239
B	1.722	-	-	-	-	1.036	-	2.758
CC	5.712	-	-	-	-	-	-	5.712
C	3.323	-	-	-	-	-	-	3.323
ND	128	-	-	-	725	171	-	1.024
TOTAL	1.815.060	202.922	41.338	1.437.545	25.096	251.533	115.910	3.889.404

	31/12/2016							
Rating	Debêntures	CDB/CCB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Promissória/LC	Total
AAA	100.348	15.955	55.211	44.447	-	64.221	-	280.182
AA+	146.007	2.002	-	322.484	-	39.839	6.883	517.215
AA	22.592	-	-	44.427	-	4.474	-	71.493
AA-	316.062	54.666	-	795.618	4.782	18.678	-	1.189.806
A+	97.780	2.363	-	3.137	-	1.577	-	104.857
A	233.737	63.213	-	82.099	-	-	588	379.637
A-	7.769	37.043	-	3.298	-	-	-	48.110
BBB+	27.147	601	-	2.003	514	-	-	30.265
BBB	4.434	384	-	-	-	-	-	4.818
BBB-	223	898	-	184	11.334	-	129	12.768
BB+	-	420	-	363	-	-	-	783
BB	12.829	-	-	-	-	-	-	12.829
BB-	4.611	-	-	-	-	-	-	4.611
B+	21.423	248	-	364	-	-	-	22.035
B	8.568	-	-	-	-	-	-	8.568
CCC	2.836	-	-	-	-	-	741	3.577
TOTAL	1.006.366	177.793	55.211	1.298.424	16.630	128.789	8.341	2.691.554

Quotas de fundos de investimento não exclusivos, ações, derivativos e outras aplicações totalizam R\$ 1.371.636 (R\$ 1.027.648 em 31/12/2016).

4.3.1.2 Risco de Mercado - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de *stress* da carteira. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94. (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um)

basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	31/12/2017		31/12/2016	
Fatores de Risco	DV-01	VAR Exposição	DV-01	VAR Exposição
Pré-fixado - DI	768	636.115.831	75	1.330.8.919.651
IGPM	-	3.556.676.794	1.040	3.753.812.372
IPCA	2.839	7.091.5.606.361	2.450	11.927.3.399.993
Ações	-	7.254.811.301	-	9.166.464.807
TOTAL	4.415	14.396.18.610.287	3.565	26.176.13.596.823

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência, detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2017					
	Até 3 Meses ou S/ Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	4.252.111	621.605	713.844	4.040.276	9.521.880	19.149.716
Caixa e Bancos	56.971	-	-	-	-	56.971
Aplicações	3.747.158	615.934	707.826	4.027.274	9.512.095	18.610.287
Créditos das Operações	132.438	-	-	-	-	132.438
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	13.909	5.671	6.018	13.002	9.785	48.385
Títulos e Créditos a Receber	301.635	-	-	-	-	301.635
Passivos	1.696.906	734.353	2.610.816	4.528.352	9.437.038	19.007.465
Contas a pagar	377.314	-	-	-	-	377.314
Provisões Técnicas	1.150.921	734.353	2.610.816	4.528.352	9.437.038	18.461.480
Débitos das operações	124.217	-	-	-	-	124.217
Depósitos de terceiros	44.454	-	-	-	-	44.454
	31/12/2016					
	Até 3 Meses ou S/ Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	2.523.915	527.582	662.677	2.868.574	7.456.393	14.039.141
Caixa e Bancos	25.568	-	-	-	-	25.568
Aplicações	2.111.001	521.668				

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. O saldo das aplicações financeiras no exercício é composto por quotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$ 559.899 (R\$ 540.495 em 31/12/2016), quotas de fundos de investimento exclusivos e ativos em carteira própria, sendo os dois últimos compostos como segue:

	31/12/2017					Total	31/12/2016					Total
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos		Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	
Ações de Cias Abertas	783.062	-	-	-	-	783.062	461.958	-	-	-	-	461.958
Certificados de Depósito Bancário	46.906	31.148	81.993	42.875	-	202.922	53.761	67.398	39.437	16.168	1.029	177.793
Debêntures de Distribuição Pública	11.926	52.571	125.207	836.484	788.872	1.815.060	42.281	12.090	18.373	640.841	292.781	1.006.366
Fundo de Invest. de Ações	9.036	-	-	-	-	9.036	2.443	-	-	-	-	2.443
Fundo de Invest. de Renda Fixa	20.506	-	-	-	-	20.506	687	-	-	-	-	687
Letras do Tesouro Nacional	33.814	227.494	2.339	1.633.082	661.218	2.557.947	11.476	157.414	317.127	401.147	1.530.581	2.417.745
Letras Financeiras do Tesouro	34.268	-	78.422	620.656	2.092.037	2.825.383	25.794	-	32.221	517.447	1.894.157	2.469.619
Notas do Tesouro Nacional	-	-	116.367	307.166	4.746.130	5.169.663	-	189.003	-	377.336	2.669.065	3.235.404
Fundos de Investimento Multimercado	8.235	-	-	-	-	8.235	16.610	-	-	-	-	16.610
Fundos de Investimento Referenciado - RF	-	-	-	-	-	-	4.387	-	-	-	-	4.387
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	251.533	-	-	-	-	251.533	128.789	-	-	-	-	128.789
Operações Compromissadas	1.844.638	-	-	-	-	1.844.638	757.221	-	-	-	-	757.221
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	634	2.260	22.202	25.096	-	-	-	514	16.116	16.630
Letras Financeiras	142.863	281.009	274.348	559.852	179.473	1.437.545	47.022	54.938	231.636	853.185	111.643	1.298.424
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	8.610	22.692	10.036	-	-	41.338	8.378	-	18.209	28.624	-	55.211
Outros Ativos (Passivos)	-	580	-	10.642	104.688	115.910	7.710	-	631	-	-	8.341
Outras Aplicações	(8.139)	440	(351)	950	(2.002)	(9.102)	1.990	(73)	(347)	(459)	(42)	1.069
Circulante - Valor justo por meio de resultado	3.187.258	615.934	688.995	4.013.967	8.592.618	17.098.772	1.570.507	480.770	657.287	2.834.803	6.515.330	12.058.697
Notas do Tesouro Nacional	-	-	18.832	-	-	18.832	-	40.898	-	-	-	40.898
Circulante - Disponíveis para venda	-	-	18.832	-	-	18.832	-	40.898	-	-	-	40.898
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	4.790	574.393	579.183	-	-	-	22.540	577.162	599.702
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	4.790	574.393	579.183	-	-	-	22.540	577.162	599.702
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	345.086	345.086	-	-	-	-	350.549	350.549
Não Circulante - Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	345.086	345.086	-	-	-	-	350.549	350.549
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	8.515	-	-	8.515	-	-	-	-	6.483	6.483
Não Circulante - Valor justo por meio de resultado	-	-	8.515	-	-	8.515	-	-	-	-	6.483	6.483
Total Exclusivos	3.187.258	615.934	716.342	4.018.757	9.512.097	18.050.388	1.570.507	521.668	657.287	2.857.343	7.449.524	13.056.329

4.3.2 Principais Riscos Associados a Resseguro - A Companhia possui contrato de resseguro automático da carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como produtos de risco de previdência. O contrato é administrado por um grupo de resseguradores conforme exposto abaixo:

Ressegurador	Tipo	Participação	Rating
Swiss Re	Local	30%	Aa3 pela Moody's
IRB Brasil Re	Local	5%	A- pela A.M. BEST
SCOR Brasil Re	Local	50%	A+ pela A.M. BEST
Hannover Rück	Admitido	10%	AA- pela Standard & Poor's
Terra Brasis	Local	5%	A+ pela Standard & Poor's

O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia é por vida, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices. **4.3.3 Risco Operacional** - O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação caso necessário. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais

antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. O processo de gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorrido na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia, conforme diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos. Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.3.4 Risco de**

Subscrição - O Risco de Subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariam as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco ou resseguros. **4.3.5 Risco por Região e Ramo - Seguros e Previdência Complementar:** O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos, contribuições e Prêmio VGBL no exercício:

Ramo	31/12/2017											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	
Vida em Grupo	33.045	4,40%	23.118	3,08%	8.148	1,09%	284.204	37,89%	401.715	53,55%	750.230	62,41%
Prestamista	15.896	5,80%	536	0,20%	119	0,04%	51.637	18,85%	205.806	75,11%	273.994	22,79%
DPVAT	4.835	9,43%	9.367	18,27%	2.993	5,84%	23.929	46,68%	10.138	19,78%	51.262	4,27%
Acidentes Pessoais	2.543	4,19%	2.761	4,54%	1.882	3,10%	37.737	62,12%	15.830	26,06%	60.753	5,06%
Vida Individual	222	0,59%	1.887	5,00%	699	1,85%	34.643	91,71%	323	0,86%	37.774	3,14%
Outros	281	1,00%	3.075	10,96%	342	1,22%	8.843	31,53%	15.513	55,30%	28.054	2,33%
Total Seguros	56.822	4,73%	40.744	3,39%	14.183	1,18%	440.993	36,69%	649.325	54,01%	1.202.067	100,00%
Previdência	8.484	0,97%	51.903	5,92%	5.923	0,68%	671.648	76,63%	138.539	15,80%	876.497	100,00%
Total Previdência	8.484	0,97%	51.903	5,92%	5.923	0,68%	671.648	76,63%	138.539	15,80%	876.497	100,00%

Ramo	31/12/2016											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	
Vida em Grupo	26.123	3,98%	27.208	4,14%	3.571	0,54%	248.116	37,76%	352.079	53,58%	657.097	59,32%
Prestamista	13.270	5,06%	10.125	3,86%	113	0,04%	42.964	16,37%	195.906	74,67%	262.378	23,69%
DPVAT	6.706	9,57%	12.704	18,14%	3.953	5,64%	32.575	46,50%	14.114	20,15%	70.052	6,32%
Acidentes Pessoais	1.353	2,97%	2.112	4,63%	1.248	2,74%	24.936	54,68%	15.954	34,98%	45.603	4,12%
Vida Individual	234	0,57%	1.770	4,28%	540	1,30%	38.445	92,88%	402	0,97%	41.391	3,74%
Outros	172	0,55%	2.974	9,54%	289	0,93%	15.023	48,21%	12.707	40,77%	31.165	2,81%
Total Seguros	47.858	4,32%	56.893	5,14%	9.714	0,88%	402.059	36,30%	591.162	53,36%	1.107.686	100,00%
Previdência	9.277	1,01%	57.662	6,29%	10.380	1,13%	800.631	87,35%	38.645	4,22%	916.595	100,00%
Total Previdência	9.277	1,01%	57.662	6,29%	10.380	1,13%	800.631	87,35%	38.645	4,22%	916.595	100,00%

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia está demonstrada a seguir:

5.1 Composição das Aplicações Financeiras:

Descrição	31/12/2017									
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos (I)	559.899		559.899		3.01%					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (II)	17.072.343		17.072.343		91,74%					
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)	16.995.277		16.995.277							
Letras Financeiras do Tesouro	46.228		46.228							
Operações Compromissadas	28.573		28.573							
Outros	2.265		2.265							
Letras Financeiras (III)	-		-							
Debêntures de Distribuição Pública (IV)	3.473		3.473		0,02%					
Certificados de Recebíveis Imobiliários (V)	7.336		7.336		0,04%					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - IPCA	7.336		7.336							
Certificados de Depósito Bancário (VI)	15.620		15.620		0,08%					
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (VII) = (I)+(II)+(III)+(IV)+(V)+(VI)	17.658.671		17.658.671		94,89%					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (VII)	18.832		18.832							
Quotas de Fundos de Investimento - IGPM	-		-							
Quotas de Fundos de Investimento - IPCA	18.832		18.832							
Categoria II - Disponíveis para venda (VIII)	18.832		18.832		0,10%					
Total no Circulante (IX)=(VII)+(VIII)	17.677.503		17.677.503		94,99%					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (X)	579.183		579.183		3,11%					
Quotas de Fundos de Investimento - IGPM - Maior que 1 ano	184.313		184.313							
Quotas de Fundos de Investimento - IPCA - Maior que 1 ano	394.870		394.870							
Categoria II - Disponíveis para venda (XI) = (X)	579.183		579.183		3,11%					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial	8.515		8.515		0,05%					
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (XII)	8.515		8.515		0,05%					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	341.967		425.992		1,					

Swap		Índice		Valor		Valor		Apropriação	
Data de Aquisição	Vencimento	Passivo	Índice	Inicial em R\$ mil	Passivo em R\$ mil	em R\$ mil	em R\$ mil	em R\$ mil	em R\$ mil
2014	2017	IAP	DI1	7.567	10.238			(69)	
2014	2017	IAP	DI1	10.308	13.935			(83)	
2014	2017	IAP	DI1	3.974	5.285			(61)	
2014	2017	IAP	DI1	16.154	21.459			127	
2014	2017	IAP	DI1	3.192	4.270			(13)	
2014	2017	IAP	DI1	5.490	7.361			(46)	
2014	2017	IAP	DI1	10.690	14.294			(57)	
2015	2017	DI1	IAP	27.218	34.982			129	
2015	2017	IAP	DI1	2.836	3.656			(13)	
2015	2017	DI1	IAP	10.600	12.347			(78)	
2016	2017	DI1	IAP	30.200	33.890			(902)	

7. PRÊMIOS A RECEBER:

7.1 O saldo de prêmios a receber: A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Prestamistas	23.871	20.578
Acidentes Pessoais	11.306	7.008
Auxílio funeral	504	2.514
Vida em Grupo	67.036	64.700
Vida Individual	7.179	5.403
Outros	1.734	-
Total de Prêmios a Receber	111.630	100.203
Redução ao Valor Recuperável acumulado	(7.244)	(5.520)
Total	104.386	94.683

7.2 Movimentação de prêmios a receber: A movimentação dos prêmios diretos a receber líquidos de provisão para redução ao valor recuperável compõe-se como acima:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	94.683	89.395
(+) Prêmios Emitidos	1.617.546	1.522.593
(+) IOF	5.335	5.057
(-) Prêmios Cancelados	(174.184)	(162.483)
(-) Recebimentos	(1.437.270)	(1.360.795)
Prêmios a Receber	106.110	93.767
(+) Constituição de redução ao valor recuperável	(2.186)	(1.097)
(-) Reversão de redução ao valor recuperável	462	2.013
Redução ao Valor Recuperável Exercício	(1.724)	916
Saldo Final	104.386	94.683

7.3 Idade dos Prêmios a Receber: Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Prêmios a Receber Bruto	Redução ao Valor Recuperável Líquido	Prêmios a Receber Bruto	Redução ao Valor Recuperável Líquido
A vencer				
De 1 até 30 dias	91.638	(203)	91.435	(161)
Vencidos				
1 até 30 dias	7.245	(209)	7.036	(117)
31 até 60 dias	2.012	(58)	1.954	(54)
61 até 120 dias	1.637	(200)	1.437	(532)
121 até 180 dias	1.232	(150)	1.082	(244)
181 até 365 dias	2.167	(725)	1.442	(584)
mais de 365 dias	5.699	(5.699)	-	(3.828)
Total	111.630	(7.244)	100.203	(5.520)

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, sendo aplicados os seguintes percentuais: a vencer 1 até 30 dias (0,51%), vencidas de 1 até 60 (2,89%), 61 até 180 dias (12,19%), 181 até 365 dias (33,44%) e acima de 365 dias (100%).

8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS: Registra os adiantamentos relacionados às operações no valor de R\$ 802 (R\$ 1.433 em 31/12/2016) e os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 71.612 (R\$ 64.408 em 31/12/2016).

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 31/12/2015		Adições Dividendos/JCP		Ajuste TVM		Equivalência Patrimonial		Saldo em 31/12/2016	
Icatu Capitalização S.A.	107.857	-	(70.390)	37.274	97.559	172.300	-	(16.485)	15.435	69.409
Brasileira Capitalização S.A.	73.642	-	(66.587)	-	68.142	75.197	-	(52.397)	-	37.604
Caixa Capitalização S.A.	57.402	-	(32.638)	38.743	31.576	95.083	-	(30.397)	11.950	33.258
Banrisul Icatu Participações S.A.	38.212	13.477	(16.297)	130	19.019	54.541	-	(13.951)	1.138	29.369
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	10.165	-	-	-	(5.535)	4.630	39.999	-	-	309
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais Icatu Consultoria Ltda.	9.208	-	(4.192)	-	438	5.454	-	(277)	-	1.167
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	1.634	-	-	-	2.357	3.991	-	(19.499)	-	19.030
Itumbiara Participações Ltda.	361	23	-	-	12	396	233	-	-	13
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	3.232	300	-	-	(430)	3.102	800	(1.073)	-	(328)
RG Capitalização S.A.	1	-	-	-	-	1	297	(45.128)	-	45.142
Outras Participações Societárias [a]	-	-	-	-	-	-	11.000	-	-	11.000
Total	301.822	13.800	(190.104)	76.147	213.041	414.706	52.329	(178.134)	27.450	234.973

a) Investidas Icatu S.A. de Capitalização e Ahorro e Icatu Seguradora S.A.

11. INTANGÍVEIS: Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Desenvolvido Internamente		Adquirido de Terceiros		Balcão de Venda (a)	TOTAL
	Patentes	Sistemas de Computação	Sistemas de Computação	Sistemas Aplicados		
Saldo em 31/12/2015	71	5.258	146	4.034	131.302	140.811
Adições	-	5.704	122	228	13.472	19.526
Baixas	-	(1.816)	-	-	-	(1.816)
Reclassificação	-	13	-	(13)	-	-
Amortização	-	(1.610)	(18)	(1.688)	(7.162)	(10.478)
Saldo em 31/12/2016	71	7.549	250	2.561	137.612	148.043
Adições	-	7.579	148	586	60.000	68.313
Baixas	-	(193)	-	-	-	(193)
Reclassificação	-	56	-	(56)	-	-
Amortização	-	(1.539)	(35)	(1.632)	(7.654)	(10.860)
Saldo em 31/12/2017	71	13.452	363	1.459	189.958	205.303

	31/12/2017				31/12/2016			
	Pessoas	Vida Individual	Vida Cobert. p/ Sobrev.	Total	Pessoas	Vida Individual	Vida Cobert. p/ Sobrev.	Total
Provisões Técnicas - Seguros Circulante								
Prêmios não Ganhos	64.673	2.160	-	66.833	64.176	2.160	-	66.336
Prêmios não Ganhos - RVNE	14.207	128	-	14.335	12.020	596	-	12.616
Sinistros a Liquidar	158.898	3.356	21	162.275	169.395	6.102	19	175.516
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	266.206	3.112	-	269.318	248.443	3.583	-	252.026
Benefícios a Conceder	-	-	1.089.524	1.089.524	-	8	711.336	711.344
Benefícios Concedidos	-	26	4.333	4.359	-	26	3.449	3.475
Excedente Financeiro	-	-	11	11	-	1	1	2
Provisão de Despesas Relacionadas	3.219	160	4	3.383	2.399	47	3	2.449
Excedente Técnico	3.528	-	-	3.528	4.747	-	-	4.747
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	13.165	26.827	39.992	-	13.298	26.256	39.554
Total	510.731	22.107	1.120.720	1.653.558	501.180	25.821	741.064	1.268.065
Não Circulante								
Prêmios não Ganhos	45.947	-	-	45.947	58.270	-	-	58.270
Sinistros a Liquidar	95.014	3.865	-	98.879	101.744	4.654	-	106.398
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	138.307	7.354	-	145.661	106.988	5.741	-	112.729
Benefícios a Conceder	-	-	7.989.842	7.989.842	-	62	5.216.464	5.216.526
Benefícios Concedidos	-	157	36.877	37.034	-	165	19.844	20.009
Provisão de Despesas Relacionadas	3.233	324	36	3.593	1.024	57	23	1.104
Excedente Técnico	508	-	-	508	169	-	-	169
Total	283.009	11.700	8.026.755	8.321.464	268.195	10.679	5.236.331	5.515.205
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros								
Circulante	41.400	490	2.642	44.532	42.793	557	2.997	46.347
Não Circulante	34.004	-	6.667	40.671	40.860	-	5.740	46.600
Total	75.404	490	9.309	85.203	83.653	557	8.737	92.947

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Saldos em 31/12/2015	Consti-tuições Reversões	Amor-tizações	Transfe-rência	Saldos em 31/12/2016	Consti-tuições Reversões	Amor-tizações	Transfe-rência
Provisões Técnicas - Seguros								
Prêmios não Ganhos	146.050	26.664	(48.108)	-	124.606	30.754	(42.580)	-
Prêmios não Ganhos - RVNE	14.404	13.207	(14.995)	-	12.616	19.286	(17.567)	-
Sinistros a Liquidar	248.816	455.740	(454.814)	32.172	281.914	321.675	(362.083)	19.648
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	310.243	1.386.705	(1.374.303)	42.110	364.755	445.787	(407.335)	11.772
Benefícios a Conceder	4.692.020	2.172.137	(1.649.793)	713.506	5.927.870	5.114.283	(2.694.293)	731.506
Benefícios Concedidos	12.366	32.765	(23.437)	1.790	23.484	21.655	(5.915)	2.169
Excedente Financeiro	2	-	-	-	2	-	(1)	10
Provisão de Despesas Relacionadas	2.677	5.485	(4.825)	216	3.553	12.682	(9.361)	102
Excedente Técnico	34.539	48.371	(7.994)	-	4.916	11.526	(12.406)	-
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	43.559	253.634	(258.524)	885	39.554	316.703	(316.144)	(121)
Total	5.504.676	4.394.708	(3.906.793)	790.679	6.783.270	6.294.351	(3.867.685)	765.086
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros								
Circulante	41.400	490	2.642	44.532	42.793	557	2.997	46.347
Não Circulante	34.004	-	6.667	40.671	40.860	-	5.740	46.600
Total	75.404	490	9.309	85.203	83.653	557	8.737	92.947

Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER: 9.1 Títulos e créditos a receber: "Outros Créditos a Receber" no ativo circulante é composta dos valores referente ao rateio de despesas administrativas compartilhadas pelas empresas do grupo no valor de R\$ 7.233 (R\$ 13.263 em 31/12/2016) e "Dividendos a Receber", onde estão registrados os direitos relativos às participações acionárias no valor de R\$ 62.790 (R\$ 40.999 em 31/12/2016).

9.2 Créditos Tributários e Previdenciários: Os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

	Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda	15.980	8.371
Contribuição Social	6.110	1.166
COFINS	393	539
PIS	110	96
Outros	596	500
Total	23.189	10.672

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A seguir, a

	31/12/2015		31/12/2016	
	Ativo - Não Circulante	Imposto de Renda Diferido	Ativo - Não Circulante	Imposto de Renda Diferido
Diferenças Temporárias	37.173	28.293	(28.304)	37.162
Prejuízo Fiscal	-</			

15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Previdência	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não Ganhos	274	-	274	340	-	340
Prêmios não Ganhos - RVNE	153	-	153	48	-	48
Benefícios a Conceder	984.351	7.218.570	8.202.921	758.825	5.564.710	6.323.535
Benefícios Concedidos	33.017	174.459	207.476	38.216	161.141	199.357
Sinistro a Liquidar	3.495	-	3.495	3.187	-	3.187
Excedente Financeiro	1.408	7.555	8.963	2.132	7.391	9.523
Eventos Ocorridos mas não Avisados	653	-	653	1.112	-	1.112
Provisão de Despesas Relacionadas	417	1.060	1.477	109	867	976
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	61.046	-	61.046	46.550	-	46.550
Total	1.084.814	7.401.644	8.486.458	850.519	5.734.109	6.584.628

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
	2.234	6.513	8.747	2.883	6.473	9.356

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Previdência	Saldo em 31/12/2015	Consti-tuições	Rever-sões	Mone-tária	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuições	Rever-sões	Mone-tária	Saldo em 31/12/2017
Prêmios não Ganhos	300	235	(195)	-	340	289	(355)	-	274
Prêmios não Ganhos - RVNE	29	139	(120)	-	48	204	(99)	-	153
Benefícios a Conceder	5.064.456	1.848.829	(1.370.169)	780.419	6.323.535	3.161.660	(1.993.175)	710.901	8.202.921
Benefícios Concedidos	139.550	84.438	(45.241)	20.610	199.357	47.324	(50.242)	11.037	207.476
Sinistro a Liquidar	2.433	1.642	(905)	17	3.187	11.130	(11.108)	286	3.495
Excedente Financeiro	8.107	20	(600)	1.996	9.523	1.130	(935)	(755)	8.963
Eventos Ocorridos mas não Avisados	1.535	2.615	(3.242)	204	1.112	1.295	(1.754)	-	653
Provisão de Despesas Relacionadas	844	199	(67)	-	976	650	(149)	-	1.477
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	50.780	163.312	(170.321)	2.779	46.550	240.951	(226.037)	(418)	61.046
Total	5.268.034	2.101.429	(1.590.860)	806.025	6.584.628	3.464.633	(2.283.854)	721.051	8.486.458

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência	Saldo em 31/12/2015	Consti-tuições	Amor-tizações	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuições	Amor-tizações	Saldo em 31/12/2017
	11.364	2.943	(3.982)	9.356	1.316	(1.925)	8.747

15.1 Análise de Sensibilidade - Previdência: As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência o choque de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na Conversão em renda o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos um choque de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. Somente a Taxa de Juros indicou impacto em 2017, sendo nulo no ano de 2016. Impacto não significativo no resultado e no patrimônio líquido após impostos e contribuições, conforme demonstrado a seguir:

VARIÁVEL	Premissas	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros	Aumento de 1% na Taxa de Desconto (ETTJ)	22.017	22.017	-	-

16. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Exclusão:				
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)[a]	(43.549)	(34.308)		
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)[b]	(33.747)	(31.833)		
Efeito Monetário[c]	82.018	35.054		
Total	18.466.202	13.336.811		

Ativos Oferecidos em Garantia

Ativos Oferecidos em Garantia	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures	3.473	5.107		
Letras Financeiras	-	9.291		
Certificados de Recibo Imobiliário	7.336	7.214		
Certificado de Depósito Bancário	15.620	14.142		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	18.096.654	13.074.853		
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	559.899	540.494		
Total dos Ativos Oferecidos em Garantia	18.682.982	13.651.101		

Ativos Bloqueio Judicial

Ativos Bloqueio Judicial	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	11.634	9.667		
Total de Aplicações [d]	11.634	9.667		

Valor Excedente de Ativos Vinculados à Cobertura

Valor Excedente de Ativos Vinculados à Cobertura	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	216.780	314.290		

a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 46.766 e Não Circulante R\$ 47.184, total R\$ 93.950 sendo redutores R\$ 43.549 e não redutores R\$ 50.401. b) Provisões Técnicas - Resseguros: Circulante R\$ 31.982 e Não Circulante R\$ 16.403, total de R\$ 48.385 sendo redutores R\$ 33.747 e não redutores R\$ 14.638. c) Em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, acrescente-se ao total a ser coberto efeito monetário utilizado no TAP (nota 3.8). d) Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 84.329 (R\$ 63.945 em 31/12/2016) maior que o valor contábil (nota 5.1).

17. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPOSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS: 17.1 Provisões Judiciais: O valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$ 274.504 (R\$ 213.578 em 31/12/2016) que é composto principalmente por causas Cíveis relacionadas à operação no montante de R\$ 180.133 (R\$ 149.257 em 31/12/2016) e o saldo remanescente é composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios, estão classificadas no passivo não circulante na rubrica de "Outros

17.2 Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais: São registradas no passivo não circulante as Obrigações Fiscais em discussão judicial que são compostas como segue:

Contribuição Social	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2017
COFINS	33.214	11.854	4.729	49.797	-	4.668	-	54.465
PIS	73.535	6.423	6.374	86.332	5.165	5.403	-	96.900
Outros Impostos	24.054	1.044	1.910	27.008	839	1.541	-	29.388
Total	132.797	19.321	13.152	165.270	6.004	11.638	(147)	182.765

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2016
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 67.524	R\$ 56.953	R\$ 54.465	R\$ 49.797
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Guardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 113.969, sendo R\$ 97.654 de COFINS e R\$ 16.315 de PIS	R\$ 100.853, sendo R\$ 86.397 de COFINS e R\$ 14.456 de PIS	R\$ 112.646, sendo R\$ 96.900 de COFINS e R\$ 15.746 de PIS	R\$ 100.361, sendo R\$ 86.332 de COFINS e R\$ 14.029 de PIS
PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 6.661	R\$ 6.448	R\$ 5.570	R\$ 5.347
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 10.146	R\$ 9.637	R\$ 8.072	R\$ 7.632
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/ FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	2ª instância	R\$ 698	R\$ 668	-	-

17.3 Depósitos Judiciais e Fiscais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante e são compostos como segue:

Cíveis	31/12/2017	31/12/2016
		20.631
Trabalhistas	3.276	3.409
Fiscais	206.432	177.092
Outros	65	266
Total	230.404	201.547

Segue abaixo a movimentação dos Depósitos Judiciais fiscais:

Contribuição Social	Saldo em 31/12/2015	Adi-tuições	Atuali-zação	Saldo em 31/12/2016	Adi-tuições	Atuali-zação	Saldo em 31/12/2017
Social	38.163	13.870	4.920	56.953	5.944	4.627	67.524
COFINS	71.529	7.466	7.402	86.397	5.321	5.936	97.654
PIS	26.628	1.577	2.336	30.541	865	1.716	33.122
CPMF	625	43	668	30	-	698	668
Outros	2.116	176	241	2.533	6.240	358	1.697
TOTAL	139.061	23.089	14.942	177.092	18.370	12.667	206.432

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 18.1 Capital Social: O capital subscrito e integralizado de R\$ 500.000 (R\$ 425.000 em 31/12/2016) é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. **18.2 Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 535.321 (R\$ 575.344 em 31/12/2016) que foi reclassificada conforme Nota 2.1. são compostas por: (I) **Reserva legal** de R\$ 76.580 (R\$ 62.646 em 31/12/2016) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. (II) **Reserva Estatutária** de R\$ 458.741 (R\$ 512.698 em 31/12/2016) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em março de 2017, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 100.000 (R\$ 110.000 em 2016) com recursos da Reserva Estatutária. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em setembro de 2017, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 75.001 (R\$ 70.000 em 2016) com recursos da Reserva Estatutária. **18.3 Juros sobre Capital Próprio:** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2017, os acionistas deliberaram pela distribuição de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 68.700. **18.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio é R\$ 60.798 (R\$ 17.072 em 31/12/2016).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO: Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

Patrimônio Líquido	31/12/2017		31/12/2016	
	1.131.696	1.052.993	(717.675)	(515.644)
Ajustes contábeis	(717.675)	(515.644)		
Participação Coligadas e Controladas	(551.324)	(414.706)		
Despesas Antecipadas	(54)	(78)		
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(3.416)	-		
Ativos Intangíveis	(205.302)	(148.043)		
Obras de Arte	(92)	(92)		
Ajuste contábil - 50% Ativos intangíveis				
Ponto de venda 15% CMR (+)	42.513	42.725		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	14.931	20.175		
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	45.475	34.991		
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	(45.110)	(19.279)		
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	14.566	4.463		
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	428.952	557.524		
Capital Base (CB)	15.000	15.000		
Capital de Risco de Crédito	56.825	47.043		
Capital de Risco de Subscrição	220.349	273.288		
Capital de Risco - Mercado	42.067	15.349		
Capital de Risco - Redução por correlação	(5.109)	(31.624)		
Capital de Risco - Operacional	15.273	11.114		
Capital de Risco (CR)	283.422	315.170		
Capital Mínimo Requerido - CMR = (MAX(CB,CR))	283.422	315.170		
Suficiência	145.530	242.354		
Razão PLA/CMR	1,51	1,80		

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Débitos", conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de Perda	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisonado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisonado
Provável	273	9.259	9.259	255	7.446	7.446
Possível	807	55.554	-	713	38.138	-
Remota	76	28.085	-	72	23.802	-
Total	1.156	92.898	9.259	1.040	69.386	7.446

Causas Trabalhistas

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	303.857	303.857	353.053	353.053
Participação nos Lucros e Resultados	(32.862)	(32.862)	(35.689)	(35.689)
Resultado antes dos Impostos	270.995	270.995	317.364	317.364
Equivalência Patrimonial	(234.973)	(234.973)	(213.041)	(213.041)
ADIÇÕES	110.723	110.723	105.438	105.438
Adição Permanente	915	915	2.438	2.438
Doações e Patrocínios Indedutíveis	160	160	1.051	1.051
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.635	15.635	13.639	13.639
Provisão para Excedente Técnico	10.832	10.832	10.993	10.993
Outras Provisões	37.372	37.372	20.698	20.698
Participação nos Lucros e Resultados	32.862	32.862	40.868	40.868
Judicial e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	12.947	12.947	15.751	15.751
EXCLUSÕES	(154.336)	(154.336)	(101.993)	(101.993)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(13.639)	(13.639)	(21.817)	(21.817)
Provisão para Excedente Técnico	(10.993)	(10.993)	(10.748)	(10.748)
Outras Provisões	(20.698)	(20.698)	(25.002)	(25.002)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(11.963)	(11.963)	(15.739)	(15.739)
Participação nos Lucros e Resultados	(28.343)	(28.343)	(28.687)	(28.687)
Juros sobre Capital Próprio	(68.700)	(68.700)	-	-
Resultado Ajustado	(7.591)	(7.591)	107.768	107.768
15% + 10%		20%	15% + 10%	20%
Despesas com IRPJ/CSLL	-	-	(25.174)	(21.554)
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	7.953	4.398	(11)	393
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(4.668)	-	(4.728)
Despesas com IRPJ/CSLL	7.953	(270)	(25.185)	(25.889)
Alíquota Efetiva	-2,93%	0,10%	7,94%	8,16%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. **Rio de Janeiro - RJ Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais": Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além dis-

so: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018 KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ José Claudio Costa Contador CRC 1SP167720/O-1

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital

mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Seguros S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Icatu Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018. Joel Garcia - Atuário MIBA 1131. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48 - CNPJ: 02.668.801/0001-55. Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 047111-904 - São Paulo - SP - Brasil.

Anexo I ICATU SEGUROS S.A. (Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
Total de provisões técnicas	18.461.480
Total de provisões técnicas auditadas (*)	18.308.684
Total de ativos de resseguro	48.385
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2017
Provisões Técnicas auditadas (a)	18.308.684
Ajustes do TAP (b)	82.018
DPVAT (c)	152.796
Valores redutores (d)	772.96
Total a ser coberto (a+b+c-d)	18.466.202
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	283.422
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	283.422
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	428.952
Exigência de Capital (CMR) (b)	283.422
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	145.530
Ativos Garantidores (d)	18.682.982
Total a ser Coberto (e)	18.466.202
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	216.700
Ativos Líquidos (g)	134.757
Capital de Risco sem fluxos futuros do Capital de Risco de Mercado (CR_F) (h)	288.740
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	47%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2017
0929; 0984; 0987; 0993	6.000
0977; 0982; 1061; 1198; 1381	2.000
1329; 1383; 1384; 1391	1.200
0980; 0990; 1380; 1390	400